



Diário Oficial Jarinu

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU

Praça Francisco Alves Siqueira Junior, 111 -
Jardim da Saúde. Jarinu/SP
CEP 13240-187

(11) 4016-8200
www.jarinu.sp.gov.br

31 outubro 25

Edição nº 454

Página 1 de 13

SUMÁRIO

GOVERNO Leis Municipais.....	2
GOVERNO Decretos Municipais.....	3
ADMINISTRAÇÃO Compras, Licitações e Contratos	4
ADMINISTRAÇÃO Convocações	5
ADMINISTRAÇÃO Concursos.....	7
EDUCAÇÃO Resoluções.....	7
CONSELHOS MUNICIPAIS Atos dos Conselhos	8

EXPEDIENTE

O Diário Oficial do Município de Jarinu, veiculado exclusivamente na forma eletrônica, é uma publicação das entidades da Administração Direta e Indireta deste Município, sendo referidas entidades inteiramente responsáveis pelo conteúdo aqui publicado.

ACERVO

As edições do Diário Oficial Eletrônico de Jarinu poderão ser consultadas através da internet, por meio do seguinte endereço eletrônico: <https://jarinu.sp.gov.br/diariooficial>. As consultas e pesquisas são de acesso gratuito e independente de qualquer cadastro.

ENTIDADES

Prefeitura Municipal de Jarinu
CNPJ: 45.780.079/0001-59
Endereço: Praça Francisco Alves
Siqueira Junior, 111 - Jardim da Saúde.
Jarinu/SP
Telefone: (11) 4016-8200

Câmara Municipal de Jarinu
CNPJ: 01.569.688/0001-98
Endereço: Rua Antônio de Aguiar
Peçanha, 200 - Jardim da Saúde.
Jarinu/SP
Telefone: (11) 4016-4330



GOVERNO | Leis Municipais

LEI Nº 2.407 DE 29 DE OUTUBRO DE 2025

Fica instituído o Dia Municipal de Prevenção aos Impactos das Apostas Online e de Combate à Ludopatia no Município de Jarinu/SP e dá outras providências.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do Município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 62, III da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a presente Lei.

Art. 1º. Fica instituído o Dia Municipal de Prevenção aos Impactos das Apostas Online e de Combate à Ludopatia, a ser celebrado, anualmente, no dia 08 de outubro.

I - A celebração do Dia Municipal de Prevenção aos Impactos das Apostas Online e de Combate à Ludopatia tem por objetivo promover a conscientização da população por meio de campanhas informativas, palestras, debates e demais atividades educativas sobre os riscos da ludopatia.

II - A data poderá ser comemorada em parceria com órgãos governamentais, instituições educacionais, de saúde e de assistência social, bem como contar com o apoio de entidades não governamentais e do setor privado, visando ampliar o alcance das ações preventivas e de enfrentamento ao problema.

Art. 2º. A execução do Programa observará a disponibilidade de recursos humanos, materiais e financeiros já existentes, não implicando aumento de despesa pública.

Art. 3º. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no que couber.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

DEBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
PREFEITA MUNICIPAL

LEI Nº 2.408 DE 29 DE OUTUBRO DE 2025

“Autoriza a mudança do nome da Rua 1, situada no bairro Vila Primavera para Rua Raimundo Fagundes”.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do Município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 62, III da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a presente Lei.

Art. 1º. Autoriza denominação da Rua 1, localizada no bairro Vila Primavera, para Rua “Raimundo Fagundes”

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogada as disposições em contrário.

DEBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
PREFEITA MUNICIPAL

LEI Nº 2.409 DE 29 DE OUTUBRO DE 2025

“Institui no âmbito do Município de Jarinu a campanha “Agosto Lilás”, dedicada à prevenção e conscientização pelo fim da violência contra a mulher, e dá outras providências.”

Art. 1º. Fica instituída, no âmbito do Município de Jarinu, a campanha “Agosto Lilás”, a ser realizada, anualmente, durante todo o mês de agosto, dedicada à conscientização e ao enfrentamento da violência contra a mulher.

§ 1º. As atividades previstas no caput poderão ser realizadas pelo órgão competente do Poder Executivo de forma articulada com suas secretarias, através de apoio voluntário e parcerias com a iniciativa privada, sem a necessidade de dotações orçamentárias adicionais para este fim.

§ 2º. A campanha “Agosto Lilás” será incluída no Calendário Oficial de Eventos do Município de Jarinu.

Art. 2º. O mês de agosto será destinado à realização da campanha de conscientização, prevenção e enfrentamento a todas as formas de violência contra a mulher no município de Jarinu, tendo como objetivo principal sensibilizar a sociedade sobre a violência contra a mulher.

Art. 3º. A campanha “Agosto Lilás” terá como objetivos principais:

I - Promover a conscientização da população de Jarinu sobre as diversas formas de violência contra a mulher, incluindo física, psicológica, sexual, patrimonial e moral;

II - Divulgar e reforçar a importância da

Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), que foi instituída no dia 7 de agosto, e é reconhecida internacionalmente como uma das legislações mais avançadas no enfrentamento à violência contra as mulheres;

III - Divulgar os canais de denúncia e os serviços de apoio disponíveis no município, como o Ligue 180, e, de forma especial, o Núcleo Prevenção à Violência e Promoção à Saúde - Casa da Mulher Paulista Amélia Zambotto, localizado na Avenida Ernesto de Moraes, 457 - Bairro Fim do Campo;

IV - Estimular o debate público sobre a importância do respeito à dignidade e à segurança das mulheres, bem como a necessidade de construir uma cultura de paz e igualdade de gênero.

Art. 4º. Durante o mês de agosto, o Poder Executivo Municipal, em parceria com a Câmara de Vereadores e a sociedade civil organizada, poderá promover as seguintes ações, entre outras:

I - Realização de palestras, seminários, workshops e debates em escolas, centros comunitários e equipamentos públicos para o público em geral;

II - Distribuição de materiais informativos (panfletos,



cartazes, cartilhas) sobre a Lei Maria da Penha, os tipos de violência e os canais de denúncia;

III - Iluminação de prédios públicos com a cor lilás para simbolizar a adesão à campanha;

IV - Campanhas de comunicação em mídias sociais e veículos de comunicação locais;

V - Realização de eventos culturais e artísticos que abordem a temática da violência contra a mulher e o empoderamento feminino.

Parágrafo Único: As atividades previstas no caput poderão ser realizadas pelo órgão competente do Poder Executivo de forma articulada com suas secretarias, podendo firmar parcerias e convênios com instituições governamentais e não-governamentais, empresas públicas e privadas, movimentos sociais, conselhos de direitos e conselhos de classe.

Artigo 5º. A implementação da presente Lei não implicará em custo adicional para os cofres públicos do Executivo ou do Legislativo, podendo ocorrer por meio de apoio voluntário e parcerias com a iniciativa privada.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

DEBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
PREFEITA MUNICIPAL

GOVERNO | Decretos Municipais

DECRETO Nº 3.526 DE 29 DE OUTUBRO DE 2025

Qualifica como Organização Social – O.S., nos termos da Lei Municipal nº 1.952 de 20 de março de 2014 – protocolo Nº 2.503/2025, INASE BRASIL

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, prefeita de Jarinu, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 62, inciso VI da Lei Orgânica;

CONSIDERANDO que, a Lei Municipal nº 1.952 de 20 de março de 2014, dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como organizações sociais;

CONSIDERANDO, ainda, o artigo 4º da referida Lei, que estabelece os requisitos específicos para que entidades privadas habilitem-se como organização social;

CONSIDERANDO, ademais, a aprovação da Secretaria Municipal de Saúde, determinada pelo artigo 4º, II, à qualificação como Organização Social para atuação na área de saúde, INASE BRASIL, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.650.507/0001-89, por atender aos requisitos dos artigos 4º e 5º da Lei nº 1.952, de 20 de março de 2014;

CONSIDERANDO, por fim, o que consta no Protocolo 2.503/2025.

DECRETA

Art. 1º. Fica qualificada como ORGANIZAÇÃO SOCIAL – O.S., para atuação na área da saúde do Município de Jarinu, a Entidade denominada INASE BRASIL, com sede estabelecida na R CAPITAO CASSIANO RICARDO DE TOLED, nº 191, sala 1215, Chacara Urbana, Jundiá - SP, CEP: 13.201-840.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

DEBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

MIRAILTON MOREIRA GOMES
Secretário Municipal de Saúde

Este Decreto foi publicado no Diário Oficial Eletrônico Municipal e registrado na Secretaria de Governo.

DALTO SORANZ
Secretário Municipal de Governo

DECRETO Nº 3.527 DE 29 DE OUTUBRO DE 2025.

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação amigável ou judicial, imóvel na forma como menciona e dá outras providências.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do Município de Jarinu, Estado de São Paulo, usando das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 62, VI da Lei Orgânica do Município, e

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, nos termos do Decreto - Lei nº 3.365, de 21/06/1941, e alterações posteriores o imóvel descrito no parágrafo único deste artigo, para fins de implantação de uma ligação viária entre a Rua dos Cajueiros da Estância Climatérica Ypê e a Avenida Carlos Gomes da Vila Nova Trieste.

Parágrafo Único. A área a que se refere o inciso I, conforme planta e memorial descritivo em anexos, que passam a fazer parte integrante deste Decreto, que consta pertencer a Arlete Ferraz Piva e Viviane Ferraz Piva, conforme matrícula 134.571, do Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Atibaia/SP, conforme descrição a seguir:

I. Matrícula nº 134.571: Terreno situado no município de Jarinu, comarca de Atibaia, sem benfeitorias que assim se descreve: 10,00 metros de frente para a Rua dos Cajueiros; 10,00 metros nos fundos, onde confronta com o Loteamento Vila Nova Trieste; por 25,00 metros da frente aos fundos, em ambos os lados, confrontando do lado direito de quem da Rua olha para o imóvel com o Lote 10; e, do lado esquerdo, seguindo a mesma orientação com o Lote 08. Abrange esse perímetro uma área de 250,00 metros quadrados.



Art. 2º. A desapropriação do imóvel declarada de utilidade pública por este Decreto poderá efetivar-se mediante acordo administrativo, conforme rito previsto no artigo 10 do Decreto lei nº 3.365/1941, ou processar-se nos termos do artigo 10 do Decreto Lei nº 3.365, de 21/06/1941 e Lei Federal nº 2.786 de 21/05/1956.

Art. 3º. Para fins de desapropriação judicial poderá ser invocada a urgência prevista no artigo 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, com as alterações dadas pela Lei nº 14.273, de 23 de dezembro de 2021.

Art. 4º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DEBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

ROSE REGINA MORAES MINGOTTI
Secretária Municipal Obras e Urbanismo

Este Decreto foi publicado no Diário Oficial Eletrônico Municipal e registrado na Secretaria Municipal de Governo e Planejamento

DALTO SORANZ
Secretário Municipal de Governo

ADMINISTRAÇÃO | Compras, Licitações e Contratos

AVISO DE COTAÇÃO DE PREÇOS – PROCESSO Nº 260/2025

A Prefeitura Municipal de Jarinu, tornar público a abertura de prazo para cotação de preço para COMPRA DE 8 (OITO) EXTINTORES DE INCÊNDIO PORTÁTIL DO TIPO PÓ QUÍMICO SECO MULTIPROPÓSITO (CLASSE ABC), COM CAPACIDADE NOMINAL DE 6 KG, PROJETADO PARA COMBATE A INCÊNDIOS DAS CLASSES A, B E C, COM O INTUITO DE SUBSTITUIR OS EXINTORES EXISTENTES NO PRÉDIO DO CENTRO DE SOLUÇÕES DA PREFEITURA, SITUADO À AVENIDA ERNESTO DE MORAES, Nº333 – CENTRO, JARINU/SP.

TIPO: BAIXO VALOR

PRAZO INICIAL : 03/11/2025

PRAZO FINAL : 05/11/2025

REGÊNCIA: ART. 75, §2º da LEI Nº 14.133/21.

LOCAL PARA RETIRADA DO AVISO E SEUS ANEXOS: Os interessados podem tomar ciência das condições/exigências técnicas, administrativas e financeiras da contratação, poderão acessar o termo de referência no site www.jarinu.sp.gov.br, bem como, posteriormente, apresentar proposta de preços, através dos e-mails: compraspmj@jarinu.sp.gov.br, cotacao@jarinu.sp.gov.br e compras@jarinu.sp.gov.br.

MARIA APARECIDA ADOMAITIS
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 086/2025

EDITAL Nº 096/2025 - PROCESSO Nº 111/2025 - OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, LAVAGEM E HIGIENIZAÇÃO DOS VEÍCULOS PERTENCENTES À FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU/SP, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS DESCRITOS NO ANEXO I DESTE EDITAL.

HOMOLOGAÇÃO

Homologo o procedimento licitatório realizado na modalidade de Pregão Eletrônico nº 086/2025, do tipo menor preço global, o objeto à empresa: Jet Clean Estética Automotiva Ltda, itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11 e 12. Autorizando a lavratura da respectiva Ata de Registro de Preços.

Jarinu, 31 de outubro de 2025.

Yoshiaki Saito
Secretário Municipal de Serviços Públicos

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO

Encontra-se aberto na Prefeitura Municipal de Jarinu, Pregão Eletrônico nº 098/2025 - Edital nº 108/2025 – Processo Eletrônico nº 852/2025 do tipo menor preço global. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE REFEIÇÕES TIPO MARMITEX, REFRIGERANTES E DESCARTÁVEIS COMO GARFOS, FACAS E GUARDANAPOS, PARA O FORNECIMENTO INTEGRAL AOS SERVIDORES ENVOLVIDOS NAS AÇÕES DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO I DESTE EDITAL. O credenciamento junto ao provedor do sistema para participação da licitação, bem como cadastramento e a abertura das propostas até dia 14 de novembro de 2025 às 09H00M. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET no dia 14 de novembro de 2025 às 09H00M. O Edital na íntegra se encontra a disposição dos interessados no site www.jarinu.sp.gov.br e através do portal BBMNET <https://novobbmnet.com.br/>. Informações através do telefone (11) 4016-8200.

Jarinu, 31 de outubro de 2025.

Maria Aparecida Adomaitis
Secretária Municipal de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO

Encontra-se aberto na Prefeitura Municipal de Jarinu, Pregão Eletrônico nº 099/2025 - Edital nº 109/2025 – Processo nº 219/2025 do tipo menor preço por item. Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES ZERO QUILOMETRO, DE



PRIMEIRO EMPLACAMENTOS, PARA ATENDIMENTO DAS DIVERSAS SECRETARIAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, QUANTITATIVOS E DEMAIS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO ANEXO I DESTE EDITAL. O credenciamento junto ao provedor do sistema para participação da licitação, bem como cadastramento e a abertura das propostas até dia 17 de novembro de 2025 às 09H00M. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET no dia 17 de novembro de 2025 às 09H00M. O Edital na íntegra se encontra a disposição dos interessados no site www.jarinu.sp.gov.br e através do portal BBMNET <https://novobbmnet.com.br/>. Informações através do telefone (11) 4016-8200.

Jarinu, 31 de outubro de 2025.

Maria Aparecida Adomaitis
Secretária Municipal de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO

Encontra-se aberto na Prefeitura Municipal de Jarinu, Pregão Eletrônico nº 100/2025 - Edital nº 110/2025 – Processo nº 215/2025 do tipo menor preço por item. Objeto: AQUISIÇÃO DE 02 (DUAS) VIATURAS ZERO QUILOMETRO, DO TIPO SUV UTILITÁRIO ESPORTIVO PARA A GUARDA CIVIL MUNICIPAL (GCM), VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, QUANTITATIVOS E DEMAIS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO ANEXO I DESTE EDITAL. O credenciamento junto ao provedor do sistema para participação da licitação, bem como cadastramento e a abertura das propostas até dia 18 de novembro de 2025 às 09H00M. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET no dia 18 de novembro de 2025 às 09H00M. O Edital na íntegra se encontra a disposição dos interessados no site www.jarinu.sp.gov.br e através do portal BBMNET <https://novobbmnet.com.br/>. Informações através do telefone (11) 4016-8200.

Jarinu, 31 de outubro de 2025.

Maria Aparecida Adomaitis
Secretária Municipal de Administração

CONCORRÊNCIA PÚBLICA RETIFICADA DE Nº 011/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 192/2025

Objeto: Contratação de empresa especializada de engenharia para a EXECUÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DESTINADOS À CONCLUSÃO DA OBRA DA CRECHE MARACANÃ, localizada na Avenida São Luiz, nº 50, Bairro Maracanã, Jarinu/SP. A contratação será realizada com base no Termo Compromisso nº 9078/2014, celebrado com o FNDE, bem como no Termo de Compromisso de conclusão de Obra – TCCO, assinado e validado eletronicamente em 29/04/2025, contanto, ainda com a devida contrapartida do Município

A Presidente da Comissão Licitatória - PORTARIA Nº 13.537, DE 14 DE MAIO DE 2025, abaixo subscrita, CONVOCA os

licitantes e interessados, para a continuidade da sessão de licitação a fim de divulgar o resultado da fase de habilitação e dar início a fase de julgamento das propostas e etapas de lances, no dia 07/11/2025, às 09h00min (nove horas) na Divisão de Compras, no Paço Municipal, localizado na Praça Francisco Alves de Siqueira Jr, 111 - Jardim da Saúde, Jarinu/SP, CEP: 13240-187.

Jarinu, 25 de julho de 2025.

HELNILY RAMOS RAGASSO
SECRETÁRIA ADJUNTA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO | Convocações

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Nº 449/2025, DE 30 DE OUTUBRO DE 2025.

CONVOCAÇÃO

Pelo presente Edital, fica convocado o candidato aprovado no Concurso para Preenchimento de vagas de Empregos Públicos, Regime Jurídico Único da Consolidação das Leis do Trabalho (C.L.T.), conforme abaixo discriminado:

EDITAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2024 - EDUCAÇÃO

PROCESSO MEMORANDO Nº 073/2024.

EMPREGO	REFERÊNCIA	CARGA HORÁRIA SEMANAL
AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL	09	30 HORAS SEMANAIS
CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO	
ELEILMA SANTOS DE OLIVEIRA	112º	

O candidato acima citado deverá comparecer à Prefeitura Municipal de Jarinu – Secretaria Municipal de Administração Geral, Departamento de Recursos Humanos, no Paço Municipal, no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados da data de recebimento deste Edital, munido dos seguintes documentos e cópias: Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), Inscrição no PIS/PASEP, CPF, RG, CNH (se houver), Título de Eleitor e Comprovante da Última Votação, Certificado de Reservista, Atestado de Antecedentes Criminais, Declaração de Bens e Valores atualizada, Certidão de Nascimento ou Casamento, Certidão de Nascimento dos Filhos Menores de 21 (vinte e um) anos, uma Foto 3x4, Comprovante de Endereço atualizado, Comprovante de Escolaridade, Declaração de compatibilidade ou Acúmulo de cargos, além dos Documentos Relativos à sua condição de profissional habilitado para o exercício da profissão, ou os exigíveis para o desempenho do Emprego Público acima mencionado, constantes do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2024- EDUCAÇÃO.



O não comparecimento e a não entrega dos documentos no prazo acima estipulado, implicará na desistência da vaga.

Jarinu, em 30 de Outubro de 2025.

Valdirene Arena Piloto
Chefe de Divisão de Gestão de Pessoas

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Nº 450/2025, DE 30 DE OUTUBRO DE 2025.

CONVOCAÇÃO

Pelo presente Edital, fica convocado o candidato aprovado no Concurso para Preenchimento de vagas de Empregos Públicos, Regime Jurídico Único da Consolidação das Leis do Trabalho (C.L.T.), conforme abaixo discriminado:

EDITAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2023 - EDUCAÇÃO

PROCESSO MEMORANDO Nº 2223/2022.

EMPREGO	REFERÊNCIA	CARGA HORÁRIA SEMANAL
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL I	18	30 HORAS SEMANAIS

CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
THAINARA MAZILDA GONÇALVES	116º

O candidato acima citado deverá comparecer à Prefeitura Municipal de Jarinu – Secretaria Municipal de Administração Geral, Departamento de Recursos Humanos, no Paço Municipal, no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados da data de recebimento deste Edital, munido dos seguintes documentos e cópias: Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), Inscrição no PIS/PASEP, CPF, RG, CNH (se houver), Título de Eleitor e Comprovante da Última Votação, Certificado de Reservista, Atestado de Antecedentes Criminais, Declaração de Bens e Valores atualizada, Certidão de Nascimento ou Casamento, Certidão de Nascimento dos Filhos Menores de 21 (vinte e um) anos, uma Foto 3x4, Comprovante de Endereço atualizado, Comprovante de Escolaridade, Declaração de compatibilidade ou Acúmulo de cargos, além dos Documentos Relativos à sua condição de profissional habilitado para o exercício da profissão, ou os exigíveis para o desempenho do Emprego Público acima mencionado, constantes do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2023- EDUCAÇÃO.

O não comparecimento e a não entrega dos documentos no prazo acima estipulado, implicará na desistência da vaga.

Jarinu, em 30 de Outubro de 2025.

Valdirene Arena Piloto
Chefe de Divisão de Gestão de Pessoas

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Nº 451/2025, DE 31 DE OUTUBRO DE 2025.

CONVOCAÇÃO

Pelo presente Edital, fica convocado o candidato aprovado no Concurso para Preenchimento de vagas de Empregos Públicos, Regime Jurídico Único da Consolidação das Leis do Trabalho (C.L.T.), conforme abaixo discriminado:

EDITAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2023 - EDUCAÇÃO

PROCESSO MEMORANDO Nº 2223/2022.

EMPREGO	REFERÊNCIA	CARGA HORÁRIA SEMANAL
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL I	18	30 HORAS SEMANAIS

CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
KELLY CRISTINA OLIVEIRA CAMARGO SANTOS	117º

O candidato acima citado deverá comparecer à Prefeitura Municipal de Jarinu – Secretaria Municipal de Administração Geral, Departamento de Recursos Humanos, no Paço Municipal, no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados da data de recebimento deste Edital, munido dos seguintes documentos e cópias: Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), Inscrição no PIS/PASEP, CPF, RG, CNH (se houver), Título de Eleitor e Comprovante da Última Votação, Certificado de Reservista, Atestado de Antecedentes Criminais, Declaração de Bens e Valores atualizada, Certidão de Nascimento ou Casamento, Certidão de Nascimento dos Filhos Menores de 21 (vinte e um) anos, uma Foto 3x4, Comprovante de Endereço atualizado, Comprovante de Escolaridade, Declaração de compatibilidade ou Acúmulo de cargos, além dos Documentos Relativos à sua condição de profissional habilitado para o exercício da profissão, ou os exigíveis para o desempenho do Emprego Público acima mencionado, constantes do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2023- EDUCAÇÃO.

O não comparecimento e a não entrega dos documentos no prazo acima estipulado, implicará na desistência da vaga.

Jarinu, em 31 de Outubro de 2025.

Valdirene Arena Piloto
Chefe de Divisão de Gestão de Pessoas

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Nº 452/2025, DE 31 DE OUTUBRO DE 2025.

CONVOCAÇÃO

Pelo presente Edital, fica convocado o candidato aprovado no Concurso para Preenchimento de vagas de Empregos



Públicos, Regime Jurídico Único da Consolidação das Leis do Trabalho (C.L.T.), conforme abaixo discriminado:

EDITAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2024 - EDUCAÇÃO

PROCESSO MEMORANDO Nº 073/2024.

EMPREGO	REFERÊNCIA	CARGA HORÁRIA SEMANAL
AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL	09	30 HORAS SEMANAIS

CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
ELAINE SANTOS DA SILVA	113º

O candidato acima citado deverá comparecer à Prefeitura Municipal de Jarinu – Secretaria Municipal de Administração Geral, Departamento de Recursos Humanos, no Paço Municipal, no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados da data de recebimento deste Edital, munido dos seguintes documentos e cópias: Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), Inscrição no PIS/PASEP, CPF, RG, CNH (se houver), Título de Eleitor e Comprovante da Última Votação, Certificado de Reservista, Atestado de Antecedentes Criminais, Declaração de Bens e Valores atualizada, Certidão de Nascimento ou Casamento, Certidão de Nascimento dos Filhos Menores de 21 (vinte e um) anos, uma Foto 3x4, Comprovante de Endereço atualizado, Comprovante de Escolaridade, Declaração de compatibilidade ou Acúmulo de cargos, além dos Documentos Relativos à sua condição de profissional habilitado para o exercício da profissão, ou os exigíveis para o desempenho do Emprego Público acima mencionado, constantes do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2024- EDUCAÇÃO.

O não comparecimento e a não entrega dos documentos no prazo acima estipulado, implicará na desistência da vaga.

Jarinu, em 31 de Outubro de 2025.

Valdirene Arena Piloto
Chefe de Divisão de Gestão de Pessoas

ADMINISTRAÇÃO | Concursos

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 03/2025

COMUNICADO Nº 06 - HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES – PÓS RECURSO

DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES – PÓS RECURSO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU/SP, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, TORNA PÚBLICO a análise dos recursos interpostos contra a Homologação das Inscrições e contra o

Deferimento e Indeferimento das Inscrições:

NOME DO(A) CANDIDATO(A)	CARGO	MOTIVO DO DEFERIMENTO
MARCELO FERNANDES JOAQUIM	COMUNICAÇÃO SOCIAL	DEFERIDO ATENDIMENTO ESPECIAL - USO DE GLICOSÍMETRO E INSULINA.

Informa, ainda que os demais recursos interpostos contra o Deferimento e Indeferimento das Inscrições foram analisados e julgados improcedentes pela banca.

As respostas aos recursos interpostos, serão encaminhadas diretamente aos candidatos, via e-mail cadastrado.

O candidato deverá observar as normas e os procedimentos contidos no Edital nº 03/2025, do Concurso Público.

E, para que ninguém possa alegar desconhecimento, é expedido o presente Comunicado.

Jarinu/SP, 31 de outubro de 2025.

PREFEITA DO MUNICÍPIO DE JARINU/SP

EDUCAÇÃO | Resoluções

RESOLUÇÃO SME Nº 08/2025

Institui o Programa “Avança SAEMJA” e define critérios para aferição de desempenho e reconhecimento dos profissionais do magistério no âmbito do Sistema de Avaliação do Ensino de Jarinu (SAEMJA).

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARINU, no uso de suas atribuições legais e considerando:

- a necessidade de consolidar políticas de monitoramento e avaliação da aprendizagem no âmbito da rede municipal de ensino;
- a importância de reconhecer e valorizar o trabalho docente voltado à melhoria contínua dos indicadores educacionais;
- a implementação do SAEMJA como instrumento de diagnóstico e acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem,

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituído o Programa “Avança SAEMJA”, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Jarinu, com o objetivo de reconhecer e valorizar as práticas pedagógicas que promovam o avanço da aprendizagem dos estudantes, conforme os resultados aferidos nas avaliações do SAEMJA.

Art. 2º O SAEMJA – Sistema de Avaliação do Ensino de Jarinu – é aplicado anualmente aos estudantes do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática, e servirá de base para o reconhecimento



previsto nesta Resolução.

§ 1º Serão considerados concorrentes à premiação os professores em efetivo exercício nas turmas do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Jarinu.

§ 2º O reconhecimento será realizado conforme o regulamento descrito no Anexo I desta Resolução.

Art. 3º O reconhecimento dos docentes e das unidades escolares com melhor desempenho no SAEMJA será realizado anualmente, conforme os critérios estabelecidos no Anexo I.

Art. 4º Os resultados do SAEMJA e os indicadores de avanço serão divulgados pela Secretaria Municipal de Educação, de modo a garantir a transparência e o estímulo à melhoria contínua das práticas pedagógicas.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jarinu, 31 de outubro de 2025.

Cristiane Ap.^a Buzo de Lima

Secretária Municipal de Educação

ANEXO I – REGULAMENTO DO PROGRAMA “AVANÇA SAEMJA”

1. OBJETIVOS

Monitorar a aprendizagem dos estudantes, promover o uso pedagógico dos resultados, reconhecer o esforço dos docentes e fomentar a cultura de avaliação e de intervenção pedagógica contínua.

2. DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO – SAEMJA

Serão aplicadas duas avaliações anuais em Língua Portuguesa e Matemática, alinhadas à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e ao Currículo Paulista.

3. DO CÁLCULO DO AVANÇO

O cálculo do percentual de avanço será obtido pela seguinte fórmula:

$$\text{Avanço (\%)} = \frac{[(\text{Média de acertos final} - \text{Média de acertos inicial}) / \text{Média de acertos inicial}] \times 100}{1}$$

4. DOS CRITÉRIOS DE RECONHECIMENTO – CATEGORIA PROFESSORES

I – Em cada escola, serão premiados os professores, cuja sala obtiver o maior percentual de avanço, conforme o cálculo definido neste regulamento.

II – As Escolas do Campo, Emef Rodolpho Soranz, Emef Juvenal de Souza, Emef Fioravante Doratiotto e a Emef Durvalina Brossi Pauletto, por possuírem menor número de turmas, terão suas salas agrupadas em uma única

categoria de premiação. Nesse grupo, as salas dessas escolas concorrerão entre si, sendo premiada aquela que apresentar o maior percentual de avanço.

III – Em caso de empate, serão aplicados, sucessivamente, os seguintes critérios:

1. Maior média de acertos na prova final;
2. Maior média de acertos na prova inicial.

5. DOS CRITÉRIOS DE PREMIAÇÃO – CATEGORIA ESCOLAS

I – Serão premiadas as três (3) escolas com maior percentual de avanço geral, classificadas em ordem decrescente, sendo a primeira colocada aquela com o melhor desempenho.

II – O cálculo do percentual de avanço geral de cada escola será realizado com base no desempenho agregado de todas as turmas participantes da unidade escolar.

III – Em caso de empate, serão aplicados, sucessivamente, os seguintes critérios:

1. Maior média de acertos na prova final (agregada da escola);
2. Maior média de acertos na prova inicial (agregada da escola).

6. DO RECONHECIMENTO

A divulgação dos resultados e a entrega da premiação ocorrerão em cerimônia oficial durante o encerramento do ano letivo, organizada pela Secretaria Municipal de Educação.

CONSELHOS MUNICIPAIS | Atos dos Conselhos

Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial de Jarinu – COMPIR

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – COMPIR/JARINU

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial de Jarinu – COMPIR, instituído pela Lei Municipal nº 2.217, de 25 de abril de 2023, é órgão colegiado vinculado à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, com autonomia para deliberar no âmbito de suas competências legais.

Parágrafo único. Embora definido na legislação municipal como órgão consultivo, o COMPIR, em consonância com a Constituição Federal, com o Estatuto da Igualdade Racial (Lei Federal nº 12.288/2010) e com demais normas aplicáveis, exerce funções consultivas, propositivas, fiscalizadoras e de controle social, atuando como instância democrática de participação da sociedade civil na formulação, acompanhamento e monitoramento de políticas públicas de promoção da igualdade racial.



Art. 2º O COMPIR reger-se-á pela Constituição Federal, notadamente nos arts. 1º, 3º, 5º e 215; pela Lei nº 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial); pelo Decreto Federal nº 4.886/2003; pela Lei Estadual nº 14.187/2010 (SP); pela Lei Municipal nº 2.217/2023; por este Regimento Interno e demais normas correlatas.

Art. 3º São princípios do COMPIR:

I – a dignidade da pessoa humana;

II – a igualdade racial e o combate a todas as formas de discriminação;

III – a democracia participativa e a paridade de representação;

IV – a publicidade, transparência e controle social;

V – a valorização da ancestralidade, diversidade cultural e memória da população negra.

CAPÍTULO II – DAS COMPETÊNCIAS

I – formular, acompanhar e avaliar diretrizes, políticas públicas e programas municipais de promoção da igualdade racial;

II – propor medidas normativas e administrativas voltadas à eliminação das discriminações étnico-raciais e à defesa dos direitos da população negra e de outros grupos étnico-raciais;

III – acompanhar, fiscalizar e divulgar legislações, projetos e programas que assegurem os direitos da população negra e de outros segmentos étnicos, exigindo o seu cumprimento;

IV – receber, estudar e encaminhar sugestões da sociedade civil, bem como denúncias, reclamações e representações relativas a práticas de racismo, discriminação racial, intolerância religiosa e violações de direitos de indivíduos ou grupos étnico-raciais, opinando e encaminhando-as aos órgãos competentes;

V – propor medidas de defesa de direitos de indivíduos e grupos étnico-raciais afetados por discriminação racial, apoiando ações afirmativas em prol da comunidade negra;

VI – recomendar projetos de lei ao Poder Legislativo e Executivo, bem como apoiar a elaboração de atos normativos e administrativos pertinentes à promoção da igualdade racial e ao combate à discriminação;

VII – assessorar o Poder Executivo na definição de critérios, parâmetros e indicadores para a formulação e execução de políticas públicas de promoção da igualdade racial;

VIII – solicitar informações, relatórios e dados a órgãos da Administração Pública Municipal sobre políticas e programas voltados à igualdade racial, acompanhando e cobrando sua execução;

IX – propor e acompanhar a inclusão da perspectiva étnico-racial nos planos plurianuais, na lei de diretrizes orçamentárias e no orçamento municipal, bem como monitorar a execução orçamentária e financeira;

X – firmar protocolos, convênios, parcerias e termos de cooperação com organismos públicos ou privados, nacionais e internacionais, para implementação de ações afirmativas; XI – propor, apoiar e realizar pesquisas, estudos, levantamentos e registros sobre a história, memória, presença e cultura das populações negras, quilombolas, povos e comunidades tradicionais de matriz africana e outros grupos étnico-raciais em Jarinu, assegurando sua valorização e preservação;

XII – instituir grupos temáticos e comissões permanentes ou temporárias para estudo, formulação e acompanhamento de políticas públicas;

XIII – elaborar, aprovar e alterar seu Regimento Interno;

XIV – dar apoio, subsídios e acompanhar atividades executivas de órgãos públicos ou privados relacionadas à igualdade racial;

XV – articular-se com órgãos federais, estaduais e municipais, com universidades, escolas, instituições científicas, culturais e sociais, para assegurar a coordenação e transversalidade de programas;

XVI – indicar representantes do COMPIR para integrarem delegações, fóruns, congressos, convenções e reuniões de interesse da política municipal de promoção da igualdade racial;

XVII – colaborar na elaboração do calendário cultural do Município, assegurando a valorização da cultura negra e das demais etnias;

XVIII – propor formas de captação de recursos e acompanhar a movimentação e aplicação de recursos financeiros destinados à política de igualdade racial, inclusive do Fundo Municipal ou Estadual de Promoção da Igualdade Racial, quando existente;

XIX – aprovar a organização e as normas de funcionamento das Conferências Municipais de Promoção da Igualdade Racial, reunidas ordinariamente a cada dois anos;

XX – manifestar-se sobre matérias de sua competência e deliberar sobre outras que lhe forem atribuídas por lei ou por este Regimento;

XXI – divulgar suas ações e deliberações por meio de relatórios, resoluções, recomendações, pareceres, moções públicas e outros mecanismos de comunicação social;

XXII – articular-se com outros conselhos municipais, estaduais e nacionais, visando à cooperação mútua e fortalecimento do sistema de participação e controle social;

XXIII – promover e apoiar eventos, campanhas educativas e



atividades formativas voltadas à valorização da cultura afro-brasileira, indígena, árabe, judaica, cigana e de outros povos e comunidades tradicionais;

XXIV – promover, em parceria com entidades públicas e privadas, cursos, oficinas e formações continuadas para conselheiros e para a sociedade civil, fortalecendo a atuação do COMPIR;

XXV – propor, apoiar e participar da realização de conferências, audiências públicas, seminários e debates relacionados à promoção da igualdade racial;

XXVI – manter relacionamento sistemático com os poderes constituídos, o Ministério Público, a Defensoria Pública, a Câmara de Vereadores, a Assembleia Legislativa, a imprensa e setores sociais relevantes, visando à promoção e defesa da igualdade racial;

XXVII – requisitar informações e documentos a órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, relacionados à promoção da igualdade racial, que deverão ser fornecidos no prazo legal, sob pena de responsabilização do agente público por omissão;

XXVIII – convocar gestores públicos municipais, titulares de secretarias ou órgãos, para prestar esclarecimentos em reuniões do COMPIR, sempre que necessário ao acompanhamento de políticas de promoção da igualdade racial;

XXIX – encaminhar recomendações e representações formais ao Poder Executivo, à Câmara Municipal, ao Ministério Público e à Defensoria Pública, quando verificar omissão, descumprimento de normas ou práticas discriminatórias;

XXX – propor a inclusão obrigatória de indicadores de igualdade racial nos relatórios de gestão e prestação de contas da Administração Pública Municipal;

XXXI – elaborar relatórios anuais de atividades e recomendações, a serem encaminhados ao Prefeito Municipal, à Câmara de Vereadores e aos órgãos de fiscalização competentes;

XXXII – exercer o controle social sobre as políticas de promoção da igualdade racial no Município, zelando pelo cumprimento das metas previstas em planos municipais, estaduais e federais da área;

XXXIII – participar, com assento e direito à voz, em conferências, fóruns e instâncias de participação social de nível estadual e nacional que tratem da promoção da igualdade racial; XXXIV – abordar matérias que entenda de sua competência, ainda que não expressamente previstas neste Regimento.

Parágrafo único. As competências do COMPIR serão exercidas em consonância com os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da igualdade, da participação

social e da liberdade religiosa e cultural, bem como com o disposto no Estatuto da Igualdade Racial (Lei Federal nº 12.288/2010).

CAPÍTULO III – DA COMPOSIÇÃO

Art. 5º O COMPIR será composto por 15 (quinze) membros titulares e seus respectivos suplentes, observada a composição prevista na Lei Municipal nº 2.217/2023.

Art. 6º O mandato dos membros será de 2 (dois) anos, permitindo que seus diretores sejam reeleitos.

Art. 7º O exercício da função de conselheiro é considerado serviço público relevante e não será remunerado.

CAPÍTULO IV – DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 8º O COMPIR elegerá, dentre seus membros titulares, a Diretoria Executiva, composta por:

I – Presidente;

II – Vice-Presidente;

III – Secretário(a) Geral;

V – Secretário(a) Adjunto(a).

Art. 9º Compete ao Presidente:

I – convocar e presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias, zelando pelo cumprimento das normas regimentais;

II – representar institucionalmente o COMPIR, sempre em conjunto com o Vice-Presidente, salvo em situações de urgência devidamente justificadas, e desde que não haja manifestação contrária do plenário ou decisão em sentido diverso tomada pela maioria dos membros;

III – dar andamento às deliberações do plenário, realizando os encaminhamentos necessários junto ao poder público, à sociedade civil e aos órgãos competentes;

IV – garantir a execução das deliberações aprovadas, adotando providências administrativas cabíveis e prestando contas ao plenário das medidas adotadas;

V – propor, para aprovação do plenário, a criação de comissões e grupos de trabalho;

VI – encaminhar às autoridades competentes recomendações, moções, relatórios e demais deliberações do COMPIR;

VII – assinar documentos, ofícios e atas em conjunto com o Vice-Presidente;

VIII – exercer o voto de qualidade apenas em matérias administrativas e de ordem interna, vedado em matérias de mérito relacionadas à sociedade civil.

Parágrafo único. A representação do COMPIR em eventos,



reuniões com autoridades e atos públicos deverá, sempre que possível, ser compartilhada entre os membros da Diretoria e da sociedade civil, sendo vedada a utilização do cargo de Presidente para promoção pessoal em nome do Conselho.

Art. 10 Compete ao Vice-Presidente:

I – substituir o Presidente em seus impedimentos, ausências ou vacância, com os mesmos poderes e atribuições previstas no artigo anterior;

II – co-assinar documentos, convocações, ofícios e encaminhamentos do COMPIR, podendo também expedir e encaminhar documentos de forma autônoma, sempre em consonância com as deliberações do plenário;

III – convocar reuniões extraordinárias, nos termos deste Regimento, em conjunto ou independentemente do Presidente, quando entender necessário ao bom funcionamento do Conselho;

IV – acompanhar e fiscalizar a atuação da Presidência, zelando pelo cumprimento das deliberações plenárias;

V – exercer função de equilíbrio institucional, impedindo concentração de poderes na Presidência;

VI – assumir, em conjunto com o Presidente, a responsabilidade de representar o COMPIR em eventos oficiais e reuniões externas, observado o disposto no parágrafo único do artigo anterior.

Art. 11 Compete ao Secretário Geral:

I – secretariar as reuniões, lavrando e subscrevendo as atas;

II – expedir convocações e organizar pautas das reuniões, de acordo com as deliberações do plenário ou por solicitação do Presidente, Vice-Presidente ou de 1/3 (um terço) dos conselheiros;

III – manter arquivos, registros e correspondências oficiais do COMPIR, zelando pela sua guarda e transparência;

IV – dar publicidade às deliberações e documentos aprovados, por meio de atas, resoluções, recomendações ou outros instrumentos;

V – expedir documentos, comunicados, ofícios, chamamentos e encaminhamentos oficiais aos órgãos públicos e à sociedade civil, sempre que autorizados pela assembleia plenária ou aprovados por maioria dos membros, independentemente de autorização do Presidente;

VI – acompanhar os prazos e encaminhamentos das deliberações do COMPIR, informando ao plenário sobre o seu cumprimento.

Parágrafo único. O Secretário não se subordina individualmente ao Presidente, devendo suas atribuições

ser exercidas em cumprimento das deliberações do plenário, ou mediante solicitação fundamentada da maioria dos membros do COMPIR.

Art. 12 Compete ao Secretário Adjunto:

I – auxiliar o Secretário(a) Geral em todas as suas atribuições administrativas e operacionais;

II – substituir o Secretário(a) Geral em seus impedimentos, ausências ou vacância, assumindo integralmente as atribuições previstas no artigo anterior;

III – executar tarefas administrativas e encaminhamentos que lhe sejam expressamente delegados pelo Secretário(a) Geral, respeitadas as deliberações do plenário;

IV – colaborar na organização de registros, arquivos e na publicidade das deliberações do COMPIR.

CAPÍTULO V – DAS REUNIÕES

Art. 13 O COMPIR reunir-se-á:

I – ordinariamente, na última segunda-feira de cada mês, salvo motivo de força maior devidamente justificado e aprovado pelo plenário;

II – extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocação nos termos deste Regimento.

Art. 14 As reuniões extraordinárias poderão ser convocadas:

I – pelo Presidente;

II – pelo Vice-Presidente;

III – pelo Secretário(a) Geral, mediante deliberação do plenário ou solicitação formal de conselheiros;

IV – por requerimento de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos conselheiros titulares;

V – por solicitação das Comissões Temáticas instituídas no âmbito do COMPIR, quando houver matéria de sua competência que demande deliberação urgente.

Parágrafo Primeiro - A convocação das reuniões extraordinárias deverá ser realizada com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, contendo pauta específica, horário, local e forma de participação, devendo ser comunicada por meio escrito e eletrônico (e-mail, mensagem em aplicativo de comunicação ou outro canal definido pelo Conselho). Em casos de comprovada urgência, o prazo poderá ser reduzido para 48 (quarenta e oito) horas, mediante justificativa.

Parágrafo Segundo - O pedido de convocação deverá ser formalizado e comunicado à Secretaria do Conselho, que expedirá convocações em até 48 horas.

Parágrafo Terceiro - O Presidente não poderá obstar a



convocação requerida pelo colegiado. Parágrafo Quarto - Em caso de omissão, a convocação será realizada pela maioria simples da sociedade civil, devendo ser registrada em ata.

Art. 15 As reuniões serão instaladas com maioria simples em primeira chamada e com qualquer número em segunda chamada, desde que todos os membros tenham sido convocados.

Art. 16 - Dos locais de reunião

I – As reuniões ordinárias e extraordinárias do COMPIR deverão ocorrer em local acessível, adequado e que assegure condições de participação, devendo o Poder Executivo Municipal garantir espaço físico, estrutura mínima e recursos necessários sempre que solicitado.

II – A cessão de espaço pela Prefeitura constitui dever de apoio institucional, não caracterizando subordinação administrativa do COMPIR.

III – O COMPIR poderá realizar reuniões em outros locais, públicos ou privados, conforme deliberação do plenário, especialmente quando se tratar de atividades externas, descentralizadas ou de caráter formativo e cultural.

IV – As reuniões realizadas fora do espaço cedido pelo Poder Executivo terão a mesma validade jurídica e política das demais, desde que regularmente convocadas e registradas em ata.

CAPÍTULO VI – DAS COMISSÕES TEMÁTICAS

Art. 17 - O COMPIR poderá instituir Comissões Temáticas permanentes e temporárias, conforme deliberação do plenário, para aprofundar o estudo, formulação e acompanhamento das políticas públicas de promoção da igualdade racial.

Art. 18 - As Comissões Permanentes abrangerão, no mínimo:

As Comissões Temáticas Permanentes poderão abranger, entre outros, os seguintes eixos:

I – Educação, Cultura e Memória;

II – Saúde e Assistência Social;

III – Direitos Humanos, Denúncias e Recomendações;

IV – Segurança, Trabalho e Desenvolvimento Econômico;

V – Liberdade Religiosa e Diversidade Cultural.

Parágrafo Primeiro – A criação, composição e funcionamento das Comissões serão definidos por resolução do plenário do COMPIR, podendo ser instituídas inicialmente em número reduzido e ampliadas conforme necessidade.

Art. 19 A Comissão de Direitos Humanos, Denúncias e Recomendações terá deliberação final exclusiva da

sociedade civil nas matérias que envolvam denúncias ou recomendações de violações de direitos.

Parágrafo Primeiro - O poder público terá direito à voz, mas não ao voto nessas matérias. Parágrafo Segundo - Essa regra se aplica especialmente quando a denúncia envolver órgãos ou agentes públicos.

CAPÍTULO VII – DAS DELIBERAÇÕES

Art. 20 - As deliberações serão tomadas por maioria simples dos presentes, salvo previsão de quórum qualificado.

Art. 21 - Em caso de empate:

I – prevalecerá a decisão da maioria dos conselheiros da sociedade civil;

II – persistindo o empate, a sociedade civil deliberará internamente sobre o encaminhamento final.

III - Os conselheiros com cargos de suplentes poderão participar das reuniões, e somente terão direito a voto na ausência de seu titular;

CAPÍTULO VIII – DA PERDA DE MANDATO E DESTITUIÇÃO

Art. 22 – Perderá o mandato o conselheiro ou dirigente que:

I – faltar, sem justificativa, a 3 (três) reuniões consecutivas ou 5 (cinco) alternadas, no período de 12 (doze) meses;

II – adotar conduta incompatível com os princípios, objetivos e valores do COMPIR;

III – agir com omissão grave, abuso de poder ou traição à missão institucional;

IV – utilizar o cargo, função ou prerrogativas do COMPIR em desacordo com o interesse público, para promoção pessoal, obtenção de vantagem própria ou de terceiros, ou de forma que comprometa a confiança e a integridade do Conselho;

V – praticar ato de discriminação, assédio, violência, intimidação ou qualquer conduta ofensiva no âmbito do COMPIR;

VI – descumprir reiteradamente as deliberações aprovadas pelo plenário;

VII – obstar ou dificultar o funcionamento regular do COMPIR, inclusive o andamento de deliberações ou a convocação de reuniões;

VIII – repassar, sem autorização plenária, informações internas, deliberações preliminares ou documentos do COMPIR a terceiros ou a órgãos públicos, de modo que comprometa a independência ou a credibilidade do Conselho;

IX – for destituído por decisão fundamentada da maioria absoluta do plenário, observados os procedimentos deste



Regimento.

Art. 23 – O processo de destituição observará:

I– requerimento ou denúncia fundamentada apresentada por, no mínimo, 1/3 (um terço) dos conselheiros titulares, ou por Comissão Temática;

II – notificação formal do conselheiro ou dirigente denunciado, com prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis para apresentar defesa escrita ou manifestação oral em reunião;

III – garantia do contraditório e da ampla defesa, inclusive com direito a acompanhar as sessões de apuração;

IV – deliberação em plenária, convocada especialmente para este fim, exigindo-se o voto favorável da maioria absoluta dos conselheiros titulares, em votação secreta;

V – a decisão de destituição terá efeito imediato, devendo o cargo ser declarado vago e preenchido nos termos deste Regimento.

Parágrafo único. A convicção do plenário poderá basear-se em elementos de fato, testemunhos, padrões de conduta e indícios razoáveis, não sendo exigida prova documental plena para a deliberação.

CAPÍTULO IX – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24 Os casos omissos serão resolvidos pelo plenário, com base na legislação vigente.

Art. 25 – Este Regimento Interno entrará em vigor após sua aprovação pelo plenário do COMPIR, produzindo efeitos imediatos no âmbito do Conselho.

Parágrafo único. Para fins de publicidade oficial e cumprimento do disposto na Lei Municipal nº 2.217/2023, será encaminhado ao Chefe do Poder Executivo para homologação e publicação por decreto, ato este que não prejudica sua eficácia e aplicabilidade desde a aprovação pelo COMPIR.